



Rádio Peão

TST APRESENTA PROPOSTA PARA ACORDO COLETIVO DOS PETROLEIROS

Nessa quinta-feira (9), dirigentes da FUP e FNP participaram da terceira reunião de mediação unilateral para tratar do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) junto à vice-presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

As representações sindicais ressaltaram a importância da manutenção do ACT e desmentiram as falácias da atual gestão de que não há condições de manter os direitos da categoria petroleira, sob a argumentação de que

compromete a “sustentabilidade” financeira da empresa.

No início da noite, o vice-presidente do TST, ministro Renato Lacerda, apresentou uma proposta de Acordo para os petroleiros e a Petrobrás, cujo teor foi anexado ao processo. O ministro ressaltou a seriedade e boa fé negocial das federações dos petroleiros e destacou a importância dos sindicatos na defesa do Acordo Coletivo de Trabalho.

A proposta do TST será



avaliada pelas assessorias jurídica e do Dieese e discutida pela FUP e seus sindicatos na próxima terça-feira (24), durante um Conselho Deliberati-

vo que apontará os próximos encaminhamentos da campanha reivindicatória.

Veja a proposta na íntegra no site do Sindipetro/MG: sindipetrmg.or.br.

Petrobrás persegue dirigentes sindicais que moveram ações contra a privatização

A direção da Petrobrás está perseguindo dirigentes sindicais que moveram Ações Populares contra a privatização da empresa. A denúncia foi feita pela FUP e pelo Sindipetro RJ, que afirmam que vários diretores de ambas as entidades, que questionaram juridicamente a venda da BR Distribuidora e das refinarias, estão agora sendo alvo de pedidos de indenização da direção da estatal.

Essa perseguição é mais uma das medidas arbitrárias da Petrobrás, que têm sido uma marca da atual gestão da empresa e que estão sendo, inclusive, acentuadas em pleno processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria.

Nos pedidos de indenização, a Petrobrás exige reembolso financeiro a título de danos morais e materiais por suposto prejuízo causado

por conta das quatro ações populares com pedido de liminar de suspensão da venda das refinarias Abreu e Lima (RNest), em Pernambuco; Landulpho Alves Mataripe (RLam), na Bahia; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, e também na ação que questionava a venda da BR Distribuidora.

“Nós não iremos nos intimidar pois temos tran-

quilidade de estar fazendo o que é certo, justo e necessário. Sempre fomos nós os maiores defensores da nossa empresa e não será essa gestão entreguista e alinhada com os banqueiros americanos que irá nos calar. Entraremos com denúncias, inclusive na Organização Internacional do Trabalho, por meio de seu Comitê de Liberdade Sindical” afirma Tezeu Bezerra, um dos diretores sindicais processados.

Na onda da privatização, Petrobrás lança mais um PDV

Com o avanço do processo de privatização e desmobilização de unidades, a Petrobrás anunciou nos últimos dias mais um Programa de Desligamento Voluntário (PDV). Esse programa faz parte do Plano de Pessoal, lançado pela empresa nos últimos dias com objetivo de reduzir o quadro de pessoal da estatal.

Além dele, atualmente, já há um Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) em curso – destinado exclusivamente aos petroleiros aposentados ou com possibilidade de aposentadoria até junho de 2020.

Porém, agora, a situação é outra pois não se trata apenas de um PDV, mas sim de um plano estruturado de Recursos Humanos para “limpar” a empresa ao longo do processo de privatização. “O plano da Petrobrás para seus trabalhadores é simples: quem não conseguir arrumar vaga em outra base, demita-se!

Como não há garantia de emprego em nenhuma base, já que o governo anunciou que está estudando a privatização completa da Petrobrás, o único plano viável para nós trabalhadores é nos organizarmos para impedir esse desmonte da em-

presa”, alerta o diretor do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori”.

A iniciativa já tinha sido adiantada pela imprensa há cerca de 15 dias e a previsão é de saída de aproximadamente 7 mil trabalhadores – além dos aposentados e aposentáveis do processo anterior. Nos últimos três anos, mais de 15 mil pessoas deixaram a Petrobrás, sendo a maioria via PIDV's. Isso tem gerado déficit de pessoal e o aumento de jornadas de trabalho, o que aumenta o risco de acidentes.

Além do PDV, o Plano de Pessoal prevê também o Recrutamento Interno e Procedimento de Desligamento por Acordo (PDA). Porém, o processo deve ter início mesmo após comunicado ao mercado do início da fase vinculante e da divulgação do Plano de Pessoal específico de cada ativo à venda.

Na avaliação do Sindipetro/MG, o Plano de Pessoal apenas reafirma o que o Sindicato já vem denunciando acerca do processo de privatização: não há nenhuma garantia de emprego para os trabalhadores. “Alguns terão a ‘oportunidade’ de disputar algumas poucas vagas em outras unidades, mas para a maioria a opção é pedir demissão.

Na verdade, a empresa apenas transformou suas ameaças em um procedimento de RH”, afirmou Finamori.

Além disso, esse plano não foi sequer debatido ou apresentado às entidades sindicais. “Não reco-

nhecemos esse processo, que mais uma vez não foi negociado ou minimamente discutido com os sindicatos e trabalhadores. Nenhuma ameaça vai fazer recuarmos da luta contra a privatização da Petrobrás”, concluiu.

Chapa Unidade em Defesa da Petros vence eleição do Conselho Deliberativo

Com 11.181 votos, a dupla 52 da Chapa Unidade em Defesa da Petros – formada por Norton Almeida (titular), do Sindipetro NF, e por André Araújo (suplente), do Sindipetro Bahia – venceu a eleição para o Conselho Delibera-

tivo da Petros. A eleição foi encerrada na última segunda-feira (16). Já para a vaga dos aposentados no Conselho Deliberativo, foi eleita a dupla 53, com 7.576 votos. E, no Conselho Fiscal, a dupla eleita foi a 41, com 17.761 votos.

